

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

WANIA BATISTA DA SILVA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DESEMPENHO: um estudo de cursos
técnicos profissionalizantes

**VITÓRIA
2016**

WANIA BATISTA DA SILVA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DESEMPENHO: UM ESTUDO DE
CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em Administração da Fundação
Instituto Capixaba de Pesquisas em
Administração, Ciências Contábeis e Economia
(FUCAPE), como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Administração
de Empresas – Nível Profissionalizante, na
área de concentração Finanças e Estratégia.

Orientador: Prof. Dr. Aridelmo José
Campanharo Teixeira

**VITÓRIA
2016**

WANIA BATISTA DA SILVA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DESEMPENHO: UM ESTUDO DE
CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas – Nível Profissionalizante, na área de concentração Finanças e Estratégia.

Aprovada em 16 de setembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof° Dr.: Aridelmo José Campanharo Teixeira

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Administração, Ciências Contábeis e Economia - FUCAPE)

Prof° Dr.: Aziz Xavier Beiruth

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Administração, Ciências Contábeis e Economia - FUCAPE)

Prof° Dr.: Fabio Yoshio Suguri Motoki

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Administração, Ciências Contábeis e Economia - FUCAPE)

Dedico este trabalho a todos e todas que sempre acreditaram no meu potencial e que estiveram ao meu lado em todas as estações da minha vida. Principalmente, a minha mãe Martha, ao meu padrasto Edson, ao meu irmão Mançuetto e a minha cunhada Nadir.

AGRADECIMENTOS

Meu eterno agradecimento a Deus, por sempre cumprir a sua promessa em minha vida.

A minha mãe, que em sua humildade, sempre me deu o seu melhor: a sua benção e oração.

Ao meu anjo de quatro patas, meu cachorrinho Lupi, que foi e é meu grande companheiro.

Aos meus familiares e amigos, que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

A todos os professores que tive ao longo da vida e, principalmente, ao meu orientador, Aridemo Teixeira, que além de contribuir com a minha formação acadêmica, também me acolheu em momentos difíceis.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, pela oportunidade de realizar um sonho. Espero retribuir a sociedade o investimento feito.

“Para isso existem as escolas: não para ensinar as respostas, mas para ensinar as perguntas. As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido.”

Rubem Alves

RESUMO

Identificar se os programas da Assistência Estudantil impactam positivamente no desempenho dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes é o objetivo desta pesquisa, que se caracteriza como exploratória, descritiva, com abordagem quantitativa. A amostragem utilizada foi não probabilística por conveniência, com a coleta de dados secundários, que foram tratados no software *Stata*, por meio do modelo de regressão linear múltipla, estimado por mínimos quadrados ordinários e corrigido pelo estimador robusto de White, que corrige problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, indicando quais são as variáveis significantes. Os resultados apontaram que, diferente do que expõe a literatura que trata da Política de Assistência Estudantil no âmbito da Educação Superior, na Educação Profissional e Tecnológica não existem evidências estatísticas que demonstrem que a política de Assistência Estudantil impacta no desempenho dos estudantes pertencentes a esta categoria educacional. Além disso, dentre as variáveis explicativas apontadas na literatura como fatores que afetam positivamente o desempenho, a saber: renda e escolaridade da mãe, apenas a primeira foi estatisticamente significativa e seu coeficiente positivo, o que indica que em média, estudantes que possuem famílias com maior renda per capita tem maior desempenho comparado aos demais, o que valida o que foi exposto na revisão da literatura que trata deste ponto. O fato de a pesquisa não apresentar aspectos subjetivos como afinidade com os professores, identificação com o curso escolhido, dentre outras variáveis que podem afetar o desempenho do discente, e de não ter sido possível avaliar o recebimento dos auxílios da Assistência Estudantil no tempo, podem ser citados como limitações deste estudo.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil, Educação Profissional Tecnológica e Desempenho Escolar.

ABSTRACT

The objective of this research is to identify whether the Student Assistance programs positively impact the performance of the students of the Vocational Technical courses; the research is characterized as exploratory and descriptive with a quantitative approach. The sample used was not probabilistic for convenience, with the collection of secondary data, which were treated in Stata, using the multiple linear regression model, estimated by OLS and fixed by the robust estimator White, correcting heteroscedasticity problems and autocorrelation, indicating which are the significant variables. The results showed that, unlike what exposes the literature dealing with the Students Assistance policy in Undergraduate context, in the Vocational and Technological Education there is no statistical evidence showing that the Student Assistance policy impacts the performance of the students in this educational category. Moreover, among the explanatory variables identified in the literature as factors that positively affect performance, income and mother's education, only the first was statistically significant and its positive coefficient, which indicates that on average, students who have families with higher per capita income has increased their performance compared to the others, which validates the foregoing review of the literature that deals with this point. The fact that the research does not present subjective aspects as affinity with teachers, identification with the chosen course, among other variables that can affect the performance of the student, and it was not possible to evaluate the receipt of aid from the Student Assistance in time, can be a limitation of this study.

Keywords: Student Assistance, Vocational Technological Education and School Performance.

SUMÁRIO

Capítulo 1	9
1 INTRODUÇÃO	9
Capítulo 2	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA	14
2.2 FATORES QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO ESCOLAR	19
Capítulo 3	22
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	22
3.1 AMOSTRA E COLETA DE DADOS	26
3.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	27
Capítulo 4	32
4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	32
Capítulo 5	36
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	40

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

O modelo econômico globalizado e a revolução dos modos de fabricação criaram novos padrões de produção e competitividade que geraram transformações no mundo do trabalho. Desta forma, a atividade produtiva passou a depender de novos conhecimentos e o trabalhador de capacitação contínua (SILVA; CUNHA, 2002).

No cenário atual, marcado pelo progresso tecnológico, o profissional deve dominar não apenas a execução, mas conhecer todo o processo de produção, sendo criativo, crítico e capaz de se adaptar às mudanças cotidianas (BARBOSA; MARTINS; ROCHA, 2000; SILVA; CUNHA, 2002).

Neste contexto, Aléssio, Domingues e Scarpin (2010) apontam que a formação da educação básica é insuficiente para garantir a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, sendo necessária uma formação complementar por meio de curso técnico ou superior de acordo com a área de interesse do profissional.

As exigências por novos perfis profissionais abriram caminho no mercado para novas instituições de ensino superior (MAINARDES; DOMINGUES, 2010). Em relação à educação profissional, na última década o governo federal investiu na expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que geraram um desafio para a gestão destas instituições, visto que os campi foram instalados em locais com diferentes culturas, realidades socioeconômicas e expectativas de público, o que

demanda atenção constante no sentido de manter a qualidade do serviço ofertado (BRASIL, 2010).

Quanto à expansão no Espírito Santo, de acordo com dados dos relatórios de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, no período de 2003 a 2014, o número de Campi saltou de 05 para 19 e o quantitativo de estudantes matriculados aumentou 17,23%, passando de 13.886 discentes em 2009, para 16.279 em 2014 (BRASIL, 2010; 2015).

Contudo, não basta apenas ampliar o quantitativo de estudantes matriculados, faz-se necessário também cumprir o papel social e individual da escola que é, segundo Dore e Luscher (2011), inserir o indivíduo na sociedade de forma que ele consiga superar suas limitações e atender seus desejos e aspirações, construindo novas, complexas e amplas inserções na vida social.

Para Setúbal (2010) a oferta de educação de qualidade tem relação positiva com o crescimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais. Ainda segundo a autora, as desigualdades sociais devem ser consideradas na elaboração das políticas educacionais para que uma parcela considerável da população não seja esquecida, evitando consequências graves para o Brasil.

As desvantagens socioeconômicas vivenciadas pelos discentes, se reproduzidas no sistema de ensino, poderão refletir no mercado de trabalho gerando um círculo perverso de manutenção das desigualdades sociais (LUZ, 2006).

Para criar uma escola justa e comprometida com a formação do sujeito, os gestores devem fazer com que as diferenças educacionais observadas não sejam reflexos das desigualdades sociais e econômicas existentes entre os discentes (DUBET, 2004).

Segundo DUBET (2004), garantir recursos para proteção dos menos favorecidos, para que os efeitos da meritocracia não acentuem as desigualdades sociais, é fundamental para que o sistema educacional garanta igualdade de oportunidades.

Com o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, diminuir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que, embora seja voltado, segundo o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, para ampliar as condições de permanência de jovens no ensino superior público federal, também tem sido utilizado pelos Institutos Federais para atender estudantes do ensino médio integrado e dos cursos concomitantes (BRASIL, 2010).

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, a Política de Assistência Estudantil (PAE) foi implantada por meio da portaria 1.602 de 30 de dezembro de 2011 e os seus objetivos, que contemplam o que está descrito no PNAES, e acrescenta a busca pela melhoria do desempenho acadêmico de forma a minimizar a retenção e evasão decorrentes da insuficiência de renda, como uma de suas metas, encontra-se no Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09.05.2011 (BRASIL, 2011).

Quanto ao desempenho, Biondi e Felício (2008), Luz (2006), Buchmann e Hannum (2001), Barros, Mendonça, Santos e Quintaes (2001) e Oliveira e Caggy (2013) apontam que este é influenciado por fatores ligados ao estudante, tais como: número de membros da família, escolaridade dos pais, renda familiar, comprometimento do estudante, dentre outros; e por características da escola, dentre elas: estrutura física, qualificação dos professores e localização.

Observa-se por meio do Relatório de Gestão 2014 - Assistência Estudantil do IFES que o número de estudantes beneficiados pela PAE aumentou consideravelmente desde a sua implantação, sendo que os recursos financeiros destinados para esta finalidade também sofreu um aumento progressivo, passando de R\$7.279.122,00 em 2012, para 13.218.539,00 em 2014 (BRASIL, 2015).

Considerando o que foi exposto acima e por não existirem indicadores suficientes na literatura que demonstrem que a Assistência Estudantil tem atingido os seus objetivos, e considerando ainda que estudos como os de Haddad (2013), Vasconcelos (2010) e Costa (2010) tratam da assistência estudantil apenas nas universidades, a presente pesquisa pretendeu responder a seguinte questão: **Os programas da Assistência Estudantil impactam positivamente no desempenho dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes?**

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi identificar se os programas da Assistência Estudantil impactam positivamente no desempenho dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes.

Como proxy para desempenho utilizou-se a nota obtida pelos estudantes em cada período letivo, tendo em vista que esta é a medida utilizada para mensurar a aprendizagem, embora estudos de Luckesi (1998) e Chueire (2008) apontem que o ideal seria a inexistência da nota.

Acredita-se que esta pesquisa foi relevante para a literatura, pois ampliou a discussão sobre a PAE com a inclusão dos conhecimentos a cerca da realidade dos Institutos e do atendimento a estudantes que ainda não ingressaram na educação superior. Além disso, contribuiu para o IFES, uma vez que levantou indicadores para avaliação da PAE e que servirão de base para possíveis intervenções dos gestores, no sentido de repensar a política, considerando os resultados alcançados.

Este estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: na seção um encontra-se a introdução, que contempla o objetivo, problema de pesquisa e a justificativa de sua relevância, tanto em termos práticos quanto teóricos; na seção dois apresenta-se a revisão de literatura, onde procurou-se apresentar uma explanação dos aspectos teóricos que trata das políticas públicas com ênfase para a política educacional e a assistência estudantil, bem como sobre os fatores que influenciam no desempenho escolar; na seção três descreve-se o método que foi utilizado para aplicação e análise da pesquisa e a estatística descritiva; na seção quatro são apresentados os resultados das regressões e sua interpretação; na seção cinco estão as conclusões e na seção seis as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA

O cenário onde se desenvolvem as ações estatais é inconsistente e exige dos governantes constantes adequações para que o Estado se mantenha economicamente estável e socialmente equilibrado (SARAVIA, 2007).

Conciliar desenvolvimento econômico e social é um desafio que exige estratégias, planejamento e investimento de recursos por parte do poder público. Ao fluxo de decisões públicas embasado nestes três pontos, voltado para a manutenção ou mudança da realidade, dá-se o nome, segundo Saravia (2007), de políticas públicas.

As políticas públicas convergem demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que atingem a todos e, embora seja regulada e frequentemente provida pelo Estado, ela também abarca demandas, escolhas e decisões privadas, que devem ser controladas pelos cidadãos (PEREIRA, 2008).

Na concepção de Pereira (2012), a principal função das políticas públicas é efetivar os direitos sociais, que compreendem, dentre outros, a garantia da educação, saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte e a segurança (BRASIL, 1988).

No Brasil, o marco da regulamentação dos direitos sociais e superação do assistencialismo e clientelismo é a Constituição Federal de 1988, a qual serviu de base para a criação de diversas leis voltadas para públicos específicos como

crianças e adolescentes, idosos e mulheres, e para respaldar a criação de políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, educação, dentre outras (COSTA, 2010; BAÍA *et al.*, 2006).

No que se refere especificamente à política educacional, estudos como os de Costa (2010) e Fernandes (2012), apontam que a partir da promulgação da Carta Magna de 1988, a educação básica passou a ter um caráter compulsório, gratuito e universal. Devendo desenvolver plenamente o indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o mercado de trabalho (BRASIL, 1988).

É inegável a contribuição da Constituição de 1988 para a transformação do sistema educacional, principalmente se for considerado que a história da educação no país é marcada por uma dualidade onde, de um lado encontrava-se uma formação propedêutica, voltada para os filhos das elites, e de outro, a formação profissional, direcionada para os filhos da classe trabalhadora (MOURA, 2007).

Contudo, apesar do avanço no campo legislativo, principalmente após a criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN 9394/96), ainda existe uma lacuna entre o plano legal e o real que demanda a atenção do poder público no sentido de garantir o acesso e a permanência nas instituições educacionais de todos e em todos os níveis de ensino. Baia *et al.* (2006), por exemplo, mostra em sua pesquisa que na educação superior as mulheres, os negros e índios e os grupos populares, ainda precisam ser alvo de políticas públicas que compensem as desvantagens vividas ao longo da história.

É possível perceber nos estudos citados que a política educacional não é estanque e transforma-se de acordo com a gestão governamental de cada período. Assim, ao fazer uma análise da educação superior após dez anos da Lei de Diretrizes de Base, Bittar, Oliveira e Morosini (2008), afirmaram que se o Estado não

buscasse a ampliação da democracia, a qualidade do serviço educacional e a irrigação da economia, ele decretaria a sua perdição.

Zago (2006) corrobora com os autores, dizendo que a democratização da educação demanda políticas que ampliem o acesso e o “(...) fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino”, sendo imprescindível, neste ponto, a Política de Assistência Estudantil (ZAGO, 2006, p. 228).

O histórico da Assistência Estudantil no Brasil, segundo Betzek (2015), data de 1928. No entanto, como política pública sua história é recente e fruto de movimentos sociais (COSTA, 2010).

Assim como as demais políticas públicas, a Assistência Estudantil também tem as suas raízes na Constituição de 1988, que apresenta alguns princípios nos quais o ensino deverá ser ministrado, dentre eles o da igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas (BRASIL, 1988).

No sentido de ampliar o acesso ao ensino nos últimos anos, o governo implantou o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil, as políticas de ações afirmativas e investiu na expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (COSTA, 2010; BRASIL, 2010).

No que se refere à permanência, Costa (2010) destaca em seu estudo que, devido às desigualdades existentes na realidade brasileira de educação, a consolidação da Política de Assistência Estudantil torna-se fundamental.

Para a autora, a Assistência Estudantil ameniza as desigualdades uma vez que contribui para que os estudantes de baixa renda tenham acesso, dentre outros itens, à transporte, moradia, alimentação e materiais didáticos (COSTA, 2010).

Vasconcelos (2010) compactua com esta afirmação e destaca que por meio da Assistência Estudantil também é possível alcançar um bom desempenho acadêmico.

No Instituto Federal do Espírito, que é o *locus* onde este trabalho foi desenvolvido, a Política de Assistência Estudantil foi implantada em 2011, sendo que sua elaboração foi feita coletivamente pelo Fórum Interdisciplinar da Assistência Estudantil (FIAE) (BRASIL, 2011).

Para sistematizar a PAE, o FIAE realizou uma pesquisa empírica em todos os *Campi*, com questionários compostos de perguntas abertas e fechadas e consulta ao sistema acadêmico, com o objetivo de levantar dados para traçar o perfil dos discentes, as ações que cada campus desenvolvia e novas demandas dos estudantes (BRASIL, 2011).

De acordo com o referido documento, a partir daí, uma comissão sistematizou os dados e elaborou o documento base da PAE, que ficou dividida da seguinte forma:

- Programas Universais: Contempla os programas de incentivo a atividades culturais e de lazer, apoio à pessoa com necessidade educacional especial, ações para a cidadania e de atenção biopsicossocial, sendo voltado para a toda a comunidade discente.
- Programas Específicos: Este se subdivide em **Atenção Primária**, que engloba os programas de auxílio alimentação, transporte, moradia, material

didático, uniforme e auxílio financeiro, direcionado, preferencialmente, a estudantes em situação de vulnerabilidade social e o da **Atenção Secundária** que abrange o auxílio monitoria (Anexo I Resolução).

Vale ressaltar que, mesmo antes da implantação da PAE, o IFES já destinava recursos financeiros e humanos para o atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2011).

Documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Estatuto do IFES, ambos de 2009, mostram a preocupação do Instituto com a política de atendimento aos discentes, ressaltando a necessidade do compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas (BRASIL, 2011).

A partir da portaria 1.602 de 30 de dezembro de 2011 a Assistência Estudantil passou a ter rubrica específica no orçamento do IFES e os *Campi* puderam organizar o atendimento aos discentes considerando a realidade local, mas com respaldo no documento base da PAE.

Por meio dos relatórios de gestão foi possível observar que nos anos de 2012, 2013 e 2014, o número de beneficiados pela PAE foi, respectivamente, 4.522, 5.369 e 6.818 estudantes.

Como demonstrado nos estudos de Costa (2010) e Vasconcelos (2010), na Educação Superior, a Assistência Estudantil impacta positivamente na permanência e no desempenho dos estudantes.

Considerado que o Brasil atualmente tem uma participação relevante no ciclo de revolução tecnológica, com contribuições significativas em seu processo de

transformação, o que faz com que a Educação Profissional e Tecnológica tenha um papel relevante no processo de crescimento do país (BRASIL, 2010).

Ainda que segundo dados de BRASIL (2010), a educação profissional e tecnológica constitui uma dimensão que interliga o sistema educativo e o social, devendo ser a intencionalidade estratégica do desenvolvimento, o elemento estratégico para a construção da cidadania, para melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, saber se a Assistência Estudantil também impacta de forma positiva no desempenho escolar de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica torna-se relevante.

2.2 FATORES QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO ESCOLAR

Os fatores que interferem no desempenho educacional, em todos os níveis de ensino, são objetos de estudos tanto de pesquisadores nacionais (BARROS *et al.*, 2001; NASCIMENTO, 2003; LUZ, 2006; BIONDE e FELÍCIO, 2008; OLIVEIRA e CAGGY, 2013) quanto internacionais (BUCHMANN e HANNUM, 2001), visto que a identificação de variáveis que impactam no desempenho escolar serve de respaldo para ações microestrutural, como melhoria das práticas docentes e do ambiente escolar, (CAVALCANTE, 2013), e macroestrutural, como subsidio para elaboração e melhoria de políticas públicas educacionais, (MENEZES-FILHO, 2007; MACHADO e GONZAGA, 2007).

Os fatores que influenciam no desempenho dos estudantes, para Luz (2006), podem ser agrupados em dois blocos, a saber: fatores característicos do estudante e da escola.

Buchmann e Hannum (2001) denominam estes grupos como fatores de oferta: relacionados à área educacional, como estrutura física da escola e perfil dos professores; e de demanda: que representam características dos discentes como escolaridade dos pais, renda e composição familiar.

Além desses, fatores como comprometimento do estudante, habilidades pré-adquiridas, histórico familiar, tempo dedicado aos estudos, didática e formação do professor, qualidade dos serviços educacionais, atratividade do mercado de trabalho local e o volume de recursos da comunidade onde o estudante reside, também interferem no desempenho (BARROS *et al.*, 2001; NASCIMENTO, 2003; OLIVEIRA e CAGGY, 2013; CAVALCANTE e SANTOS JUNIOR, 2013).

Ao analisar a literatura que respalda este trabalho, observa-se que, embora as pesquisas citadas apresentem resultados diversificados em relação aos fatores que influenciam no desempenho escolar, duas variáveis se repetem de forma positiva nos resultados, a saber: situação socioeconômica, com ênfase para a renda familiar; e escolaridade dos pais.

No que se refere à escolaridade dos pais (gênero masculino), Machado e Gonzaga (2007) afirmam que pais mais instruídos ajudam a transmitir conhecimento para os filhos e criam expectativas quanto à sua escolaridade. Além disso, tendem a obter melhores remunerações, podendo investir na educação dos filhos (MACHADO e GONZAGA, 2007).

Estudos como o de Luz (2006) e Barros *et al.* (2001), por sua vez, destacam que a escolaridade da mãe tem maior influência no desempenho escolar.

Para Barros *et al.* (2001), os anos de estudo da mãe tem impacto de 30% a mais no desempenho escolar do filho, se comparado a influência do pai.

Quanto à renda, Barros *et al.* (2001) apontam que famílias mais abastadas investem mais em capital educacional e, conseqüentemente, obtém maior rendimento educacional, uma vez que seu estudo mostrou que a renda per capita familiar está positivamente relacionada ao desempenho escolar.

Biondi e Felício (2008) corroboram com os autores, afirmando que as escolas onde as famílias possuem renda mais elevada, com condições de ter um computador em casa, por exemplo, apresentam maior desempenho médio.

Neste sentido, Checchi (2001) afirma que a desigualdade de renda é um entrave para o avanço educacional uma vez que, quanto maior for a inclinação da distribuição de renda, maior será a desigualdade educacional (CHECCHI, 2001).

Nos países em desenvolvimento, com recursos educacionais inadequados ou desigualmente distribuídos, como é caso do Brasil, os insumos materiais tornam-se ainda mais importante (BUCHAMANN e HANNUM, 2001).

Considerando que a educação tem relação positiva com o crescimento econômico e com a diminuição das desigualdades sociais, Setúbal (2010) afirma que implantar ações para diminuir as desigualdades educacionais em um país em desenvolvimento como o Brasil, é também investir na diminuição das desigualdades sociais (SETÚBAL, 2010).

Segundo Barros *et al.* (2001), o baixo investimento em educação leva a transmissão intergeracional da pobreza, ou seja, de acordo com o autor, os estudantes de famílias pobres de hoje, provavelmente, terão escolaridade inferior e manterão a realidade vivenciada no presente nas gerações futuras.

Assim, investir em educação gera ganhos tanto em termos de eficiência econômica quanto de equidade distributiva (NERI, 2009).

CAPÍTULO 3

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo teve por objetivo identificar se os programas da Assistência Estudantil impactam positivamente no desempenho dos estudantes de cursos técnicos profissionalizantes. Para tanto, utilizou-se uma tipologia exploratória, descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de levantamento de dados secundários (HAIR; BABIN; MONEY; SAMOUEL, 2005).

A amostragem utilizada foi não probabilística por conveniência. Considerando que nesta classificação o tamanho da amostra, segundo Hair *et al.* (2005), não precisa necessariamente representar estatisticamente toda a população, delimitou-se como campo de estudo os seguintes *Campi* do IFES: Linhares, Piúma e Santa Teresa.

A escolha dos referidos *Campi* deu-se devido à especificidade apresentada por cada Campus no que concerne a localização geográfica¹ e a facilidade de acesso aos dados, que foram coletados do “Questionário Social”, instrumento de trabalho utilizado pelo Serviço Social, em que consta o registro das informações dos discentes que requerem os auxílios da Assistência Estudantil, bem como do sistema acadêmico.

As variáveis utilizadas na pesquisa foram idade, gênero, etnia, estado civil, local de origem - ou seja, se o estudante é oriundo da zona urbana ou rural, escola

¹ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Linhares encontra-se localizada na região norte e caracteriza-se como uma cidade de grande porte. Em 2015 o número estimado de habitantes foi de 163.662. Quanto a Piúma e Santa Teresa, ambas são cidades de pequeno porte. A primeira localiza-se no litoral Sul do estado e a segunda na região Serrana. O número de habitantes estimado em cada município para o ano de 2015 foi de 20.716 e 23.735, respectivamente (IBGE, 2016).

onde estudou anteriormente - rede pública ou privada -, situação ocupacional, escolaridade da mãe, renda per capita, se é beneficiário de programas da Assistência Social, modalidade do curso que frequenta, se é beneficiário da Assistência Estudantil, percentual de presença no ano/semestre e rendimento médio nas disciplinas no ano/semestre.

As informações obtidas foram organizadas em planilhas e tratadas no software Stata®, por meio de análise de regressão pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários, que identifica o melhor ajuste para um conjunto de dados de forma a minimizar a diferença entre o valor estimado e o observado (LEVINE; STEPHAN; KREHBIEL; BERENSON, 2008; WOOLDRIDGE, 2006).

Na regressão também aplicou-se o estimador robusto de White, que corrige problemas de heterocedasticidade e autocorrelação na matriz de variância e covariância, para verificar quais são as variáveis significantes (LEVINE; STEPHAN; KREHBIEL; BERENSON, 2008; WOOLDRIDGE, 2006).

Na etapa seguinte utilizou-se a estatística descritiva da amostra para conhecimento da média, desvio padrão e obtenção de informações referentes à dispersão e proporção das variáveis (MALHOTRA, 2006), teste de médias para verificar se há diferenças entre o grupo de estudantes beneficiários e não beneficiários da Assistência Estudantil e a regressão linear múltipla que, segundo Loesch e Hoeltgebaum (2005), consiste em uma técnica para análise de dados de uma amostra envolvendo mais de duas variáveis, para estimar o seguinte modelo econométrico:

$$\begin{aligned}
 RM = & \beta_0 + \beta_1 RP + \beta_2 PAE + \beta_3 EMED + \beta_4 ESUP + \beta_5 RP * PAE + \beta_6 ESUP * PAE \\
 & + \beta_7 EMED * PAE + \beta_8 IDADE + \beta_9 GEN + \beta_{10} EC + \beta_{11} ETNIA \\
 & + \beta_{12} ORIGEM + \beta_{13} ESCOLA + \beta_{14} TRABALHA + \beta_{15} BA + \beta_{16} MC \\
 & + \beta_{17} PRES + \varepsilon_i
 \end{aligned}$$

Onde:

- RM = Rendimento Médio nas disciplinas no período;
- RP = Renda Per capita da família do estudante;
- PAE = Dummy de intercepto que captura o efeito do estudante ser ou não beneficiário dos Programas da Assistência Estudantil. Tem-se PAE= 1, se beneficiário e 0, se caso contrário;
- EMED = Dummy de intercepto que captura o efeito da genitora do estudante ter cursado o Ensino Médio ou outros níveis de escolaridade. Tem-se EMED= 1, se cursou até o ensino médio e 0, se caso contrário;
- ESUP = Dummy de intercepto que captura o efeito da genitora do estudante ter cursado o Ensino Superior ou outros níveis de escolaridade. Tem-se ESUP = 1, se cursou o ensino superior e 0, se caso contrário;
- EMED*PAE = Dummy de interação, que captura o efeito do estudante ser beneficiário ou não da Assistência Estudantil no caso da escolaridade da mãe ser apenas até o Ensino Médio. Na regressão aparece como EPAE;
- ESUP*PAE = Dummy de interação, que captura o efeito do estudante ser beneficiário ou não da Assistência Estudantil no caso da escolaridade da mãe ser o Ensino Superior. Na regressão aparece como ESPAE;
- RP*PAE = Dummy de interação que captura o efeito do estudante ser beneficiário ou não da Assistência Estudantil na renda per capita. Na regressão aparece como RPAE;

- Idade = Idade do estudante;
- Gen = Gênero do estudante. Tem-se GEN = 1, se feminino e 0, se caso contrário;
- EC = Estado Civil do Estudante. Tem-se EC = 1, se Casado e 0, se solteiro;
- Origem: Se o estudante reside na zona urbana ou rural. Tem-se Origem = 1, se oriundo da zona urbana e 0, se da zona rural;
- Escola: Se o estudante é oriundo de escola pública ou particular. Tem-se Escola = 1, se pública e 0, se privada;
- Trabalha: Se o estudante trabalho ou não. Tem-se Trabalha = 1, se Sim e 0, se caso contrário;
- MC = Modalidade do Curso. Tem-se MC = 1, se integrado e 0 se concomitante;
- PRES = Percentual de presença no período escolar;
- BA = Se o estudante é beneficiário de algum programa da Assistência Social. Tem-se BA = 1, se beneficiário e 0, se caso contrário;
- ϵ_i = Erro, ou seja, a variação não explicada pelo modelo.

Para as variáveis com respostas qualitativas (PAE, GEN, EC, Origem, Escola, Trabalha e BA), utilizou-se uma dummy para representá-las numericamente.

Ainda, na regressão, pelo fato da PAE ser a variável de maior interesse neste estudo, fez-se uma interação desta com as demais variáveis de controle para tentar medir se existe contribuição adicional da PAE com as demais variáveis.

Concluída a análise estatística, os dados levantados foram agrupados ao referencial teórico para a conclusão do trabalho.

3.1 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

Pelo fato da Política de Assistência Estudantil ter sido implantada no IFES apenas no final de 2011, conforme descrito no capítulo II deste estudo, sendo implementada pelos *Campi* que formam o Instituto a partir de 2012, delimitou-se como amostra o grupo de estudantes dos cursos técnicos integrados e concomitantes do IFES *Campi* Linhares, Piúma e Santa Teresa, que pediram a inserção nos programas da Assistência Estudantil no período de 2012 a 2015.

Entende-se por curso integrado aquele que articula o ensino médio com o profissional e é voltado para os indivíduos que concluíram o ensino fundamental. Já o concomitante, é o curso subsequente ao ensino médio, voltado para os estudantes que estão concluindo ou já concluíram a educação básica (MOURA, 2007).

A coleta de dados ocorreu no período de setembro de 2015 a junho de 2016.

Com exceção do rendimento médio nas disciplinas e da frequência, que foram retirados do sistema acadêmico, considerando cada semestre/ano que o estudante ficou no *Campus*, os demais dados foram coletados dos arquivos da Coordenadoria de Assistência ao Educando, que é o setor responsável pelo desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil nos *Campi*.

Para a coleta dos dados no questionário utilizado pelo Serviço Social foi preciso analisar todos os formulários preenchidos no período e considerar apenas o que estavam completos e que a renda per capita não ultrapassava 1,5 salários mínimos, visto que este é o valor estabelecido como limite para o estudante ter acesso aos Programas da Assistência Estudantil.

Em relação ao sistema acadêmico, a consulta também foi individual. Observou-se cada período separadamente para obter a média da frequência e o rendimento, sendo que este corresponde à média aritmética das notas.

No total, realizou-se 1557 observações dentre as quais 934 foram beneficiadas pelos programas da assistência estudantil e 623, mesmo tendo o perfil de renda, devido a questões diversas, não foram contempladas com os benefícios da PAE.

Pelo fato do rendimento médio nas disciplinas e o percentual de frequência ser registrado, anualmente para os cursos integrados, e semestralmente para os concomitantes, foi preciso registrar no banco de dados tal diferença.

Assim, criou-se uma coluna especificando o ano e o semestre para demarcar as referidas variáveis em de cada período. Por exemplo, o ano de 2012 no banco de dados apareceu três vezes, a saber: 2012, para registrar apenas os estudantes do curso integrado que entraram neste ano, e 2012/1 e 2012/2 para os discentes que ingressaram no primeiro e segundo semestre de 2012, respectivamente.

3.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A etapa inicial de análise dos dados foi à caracterização da amostra, que traçou o perfil dos estudantes que requereram os benefícios da Assistência Estudantil no IFES campus Linhares, Piúma e Santa Teresa, no período de 2012 a 2015.

Além dos dados apresentados na A tabela 1 também, que traz as médias e medidas de dispersão das variáveis explicativas e de controle, fez-se um detalhamento da amostra.

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variáveis	Média	DP	Mín.	P25	P50	P75	Máx
GÊNERO	0.6390	0.4804	0.0000	0.0000	1.0000	1.0000	1.0000
EC	0.0270	0.1621	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	1.0000
IDADE	17.5934	4.1588	13.0000	16.0000	17.0000	18.0000	53.0000
ETNIA	1.8401	0.7534	1.0000	1.0000	2.0000	2.0000	5.0000
ORIGEM	0.1940	0.3955	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	1.0000
ESCOLA	0.9159	0.2777	0.0000	1.0000	1.0000	1.0000	1.0000
TRABALHA	0.2742	0.4463	0.0000	0.0000	0.0000	1.0000	1.0000
RP	0.4890	0.2622	0.0000	0.2896	0.4498	0.6741	1.2475
BA	0.0886	0.2843	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	1.0000
ESCOLARIDADE MÃE	1.0231	0.6538	0.0000	1.0000	1.0000	1.0000	2.0000
MODALIDADE CURSO	0.7848	0.4111	0.0000	1.0000	1.0000	1.0000	1.0000
PRES	91.8934	11.2681	0.0000	91.0000	94.0000	97.0000	100.0000
RM	73.3776	13.7333	0.0000	70.0000	75.0000	81.0000	96.0000
PAE	0.5999	0.4901	0.0000	0.0000	1.0000	1.0000	1.0000
OBSERVAÇÕES	1557						

Fonte: Dados da pesquisa, junho 2016.

Assim tem-se que, dos 1557 estudantes observados, a predominância é do gênero feminino, com 63,90%, contra 36,10% do gênero masculino. Destes, apenas 42 indivíduos declararam-se casados, o que corresponde a 2,70% do total, contra 97,30% que afirmaram ser solteiros.

A idade média dos discentes é de 17,59 anos, com desvio padrão de 4,15 anos, sendo que o estudante mais novo tem 13 anos e o mais velho tem 53 anos de idade. A diferença de idade aqui apresentada pode ser explicada pela modalidade dos cursos.

Quanto à etnia, 34,16% dos estudantes se autodeclararam brancos, o que corresponde a 532 indivíduos; 50,48% se autodeclararam pardos, 786 indivíduos; 13,16% se autodeclararam negros, 205 indivíduos; 1,54% amarelo, 24 indivíduos, e 0,66% se autodeclararam como indígenas, 10 indivíduos.

Em relação ao local de origem, a maioria, 80,60%, é oriunda da zona urbana, enquanto 19,40% são provenientes da área rural.

Quanto à escola que estudou antes de ingressar no IFES, apenas 131 pessoas são de escolas particulares, o que representa 8,40% da amostra. Já 91,60% procedem da rede pública de ensino.

No que se refere à situação ocupacional e a renda per capita, 22,40% estão inseridos no mercado de trabalho e 72,60%, que corresponde a 1.130 pessoas, não exercem nenhuma atividade laboral remunerada.

A renda per capita das famílias, em média, é de R\$489,00, podendo variar R\$262,00 para mais ou para menos. Do total de observações, vinte e três pessoas declararam não ter renda, sendo mantidas por recursos oriundos de programas da Assistência Social, tais como Bolsa Família² e Benefício de Prestação Continuada³ e, apenas dois indivíduos apresentaram renda per capita de R\$1.248,00, sendo este o maior valor da amostra.

Pode-se observar que, do total dos estudantes que pediram a inserção nos programas da PAE, 138 já faziam parte de algum programa da Assistência Social, o que representa 8,86%, das observações.

Em relação à escolaridade da mãe, 25,24% cursaram apenas até o ensino fundamental, 57,22% ingressaram no ensino médio e 22,54% afirmaram ter ingressado no ensino superior.

² O Bolsa Família é um Programa do Governo Federal, regido pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que tem por objetivo contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, através das ações unificadas de transferência de renda do Governo Federal, articulada com outras políticas (BRASIL, 2016).

³ O BPC é uma garantia de renda básica, correspondente a um salário mínimo, direcionado à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais, que comprovadamente não tem como prover o seu sustento e nem ser mantido por seus familiares (BRASIL, 1993).

Os cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio apresentaram maior número de estudantes, a saber: 1.222 pessoas, que corresponde a 78,50% da amostra. O restante, 21,50%, que equivale a 335 discentes, estavam matriculados nos cursos concomitantes.

Quanto à frequência escolar, a média foi de 91,89, com desvio padrão de 11,26, mínima de zero e máxima de 100 do total no período.

O rendimento médio é de 73,37, podendo variar 13,73 para mais ou para menos. O rendimento mínimo observado foi zero e o máximo 96.

Do total dos estudantes observados, conforme apresentado no tópico anterior, 59,99% foram beneficiados pelos programas da Assistência Estudantil em algum período, o que corresponde a 934 discentes, e 40,01% não foram inseridos nos programas, que corresponde a 623 pessoas.

A tabela 2 mostra a diferença de médias destes dois grupos.

TABELA 2: TESTE DE DIFERENÇAS DE MÉDIAS

Variáveis	Média	DP	Média Sem PAE	Média Com PAE	Diferença	t
GÊNERO	0.6390	0.4804	0.6372	0.6403	-0.0030	-0.1213
EC	0.0270	0.1621	0.0241	0.0289	-0.0048	-0.5864
IDADE	17.5934	4.1588	17.4815	17.6681	-0.1866	-0.9193
ETNIA	1.8401	0.7534	1.7961	1.8694	-0.0732	-1.8712
ORIGEM	0.1940	0.3955	0.2022	0.1884	0.0138	0.6712
ESCOLA	0.9159	0.2777	0.9181	0.9143	0.0038	0.2649
TRABALHA	0.2742	0.4463	0.2777	0.2719	0.0057	0.2482
RP	0.4890	0.2622	0.5521	0.4470	0.1050***	7.5747
BA	0.0886	0.2843	0.0530	0.1124	-0.0595***	-4.3405
ESCOLARIDADE MÃE	1.0231	0.6538	1.0562	1.0011	0.0551	1.6088
MOD. CURSO	0.7848	0.4111	0.7994	0.7752	0.0242	1.1475
PRES	91.8934	11.2681	91.5474	92.1242	-0.5768	-0.9499
RM	73.3776	13.7333	73.8170	73.0846	0.7324	1.0213
OBSERVAÇÕES	1557		623	934		

Fonte: Dados da pesquisa, junho 2016.

Percebe-se que no teste t de diferenças de médias, ao nível de 1% de significância, as médias das variáveis RP e BA são diferentes entre os dois grupos.

No primeiro caso, a renda per capita dos discentes que não estão inseridos nos programas da Assistência Estudantil é maior do que a dos que recebem os auxílios. Por sua vez, existe um quantitativo maior de estudantes beneficiários da AE que também estão inseridos em programas da Assistência Social. Fato este que pode ser explicado, pela renda.

Quanto às demais médias das variáveis, estas apresentam semelhança entre si e não demonstram diferenças estatisticamente significantes, ou seja, para todos os efeitos pode-se considerar os dois grupos iguais.

CAPÍTULO 4

4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo é voltado para a análise e interpretação dos dados coletados com o intuito de atingir o objetivo do estudo que é identificar se os programas da Assistência Estudantil impactam positivamente no desempenho dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes.

Assim, foram analisados os resultados do modelo:

$$\begin{aligned}
 RM = & \beta_0 + \beta_1 RP + \beta_2 PAE + \beta_3 EMED + \beta_4 ESUP + \beta_5 RP * PAE + \beta_6 EMED \\
 & * PAE + \beta_7 ESUP * PAE + \beta_8 IDADE + \beta_9 GEN + \beta_{10} EC \\
 & + \beta_{11} ETNIA + \beta_{12} ORIGEM + \beta_{13} ESCOLA + \beta_{14} TRABALHA \\
 & + \beta_{15} BA + \beta_{16} MC + \beta_{17} PRES + \varepsilon_i
 \end{aligned}$$

Obteve-se o seguinte resultado estatístico:

TABELA 3: REGRESSÃO LINEAR MULTIPLA DA BASE DE DADOS

Linear Regression		Number of obs = 1557		
		Prob > F = 0.0000		
		Adjusted R-squared 0.5647		
		Log likelihood -5.62e+03		
		No. de clusters 655		
VARIÁVEIS	RM SEM PAE		RM COM PAE	
-	-	-	-13.3771	(-0.8554)
RP - Renda per capita (R\$)	4.1512**	(2.5023)	1.1950	(0.5622)
EMED – Ensino médio Mãe	-2.8068**	(-2.1244)	2.1074	(1.3226)
ESUP – Ensino Superior Mãe	-0.1988	(-0.1401)	1.9157	(1.1122)
Gênero - Feminino	2.9574***	(3.2964)	-0.2568	(-0.2433)
EC – Estado Civil - Casado	2.8510	(0.7765)	-6.2928	(-1.4046)
Etnia - Parda	-0.8985	(-0.9815)	0.5281	(0.4879)
Etnia - Negra	-1.9033	(-1.1039)	1.5391	(0.8478)
Etnia - Amarela	1.8824	(1.4205)	-0.5528	(-0.2118)
Etnia - Indígena	-4.6737*	(-1.7096)	-1.0017	(-0.3086)
Origem - Zona rural	-0.1228	(-0.1152)	2.4501**	(2.0390)
Escola - Pública	-1.7933	(-1.4016)	0.7111	(0.4506)
Trabalha – Sim	-0.6389	(-0.5491)	2.4797*	(1.7661)
BA - Beneficiário Assist. Social	-2.8079*	(-1.8987)	0.5619	(0.3461)
PRES - Presença (%)	0.8218***	(6.3655)	0.0776	(0.5586)
Idade (anos)	-0.3517*	(-1.6515)	0.0655	(0.2991)

Fonte: Dados da pesquisa, junho 2016.

Notas: Entre parênteses está a estatística t. * p<0.1 (significativo a 10%), ** p<0.05, (significativo a 5%), *** p<0.01 (significativo a 1%).

O capítulo 2 deste trabalho discute a Política de Assistência Estudantil e mostra a sua relevância para a permanência e desempenho dos estudantes da educação superior.

Além disso, apresenta fatores que influenciam no desempenho escolar destacando a renda familiar e a escolaridade dos pais como as duas variáveis que aparecem como pontos convergentes nos resultados de diversas pesquisas.

Ao analisar a estatística da base de dados desta pesquisa, percebe-se que algumas variáveis não são significativas, divergindo de alguns dos estudos apresentados.

Diferente do que apontaram as pesquisas de Luz (2006) e Barros *et al.* (2001), na amostra estudada, que não é representativa de toda a população e abrange apenas estudantes cadastrados na Assistência Estudantil, as variáveis que representam a escolaridade da mãe (EMED/ESUP), apresentaram resultados que não demonstram impacto positivo no rendimento escolar

A variável EMD é estatisticamente significativa a 5% e possui coeficiente negativo, indicando que, em média, os estudantes cujas genitoras estudaram até o ensino médio têm -2,80 pontos no rendimento.

Em relação a variável ESUP, esta não é estatisticamente significativa. Indicando, neste caso que, em média, o fato da genitora do estudante ter cursado o nível superior não interfere no desempenho escolar de seu filho.

Os resultados dos estudos de Costa (2010) e Vasconcelos (2010) que afirmam que a Assistência Estudantil impacta positivamente no desempenho dos estudantes da Educação Superior não podem ser relacionados com a Educação

Profissional, tendo em vista que a variável PAE, também, não é estatisticamente significativa.

Por sua vez, a variável Renda Percapita (RP), além de significativa, possui coeficiente positivo indicando que, em média, estudantes que possuem famílias com maior renda per capita tem maior desempenho comparado aos demais.

Pode-se observar um efeito de mais 4,15 pontos, para cada R\$1.000,00 per capita a mais. Sendo que, tal resultado corrobora com os estudos de Biondi e Felício (2008) e Barros *et al.* (2001) que apontam que famílias mais abastadas investem mais em capital educacional e, conseqüentemente, obtém maior rendimento educacional.

A interação da renda per capita com a PAE, que demonstra o impacto da renda no desempenho escolar, no caso do estudante ser ou não beneficiada pela Assistência Estudantil, não foi estatisticamente significativa.

Embora algumas variáveis não tenham sido discutidas de forma aprofundada no decorrer da pesquisa, por serem variáveis de controle, também foram interpretadas por serem estatisticamente significativas. São elas: Gênero, Etnia, Benefícios da Assistência Social, Presença e Idade.

No que se refere ao gênero, percebe-se que as mulheres possuem, em média, 2,95 pontos a mais no rendimento do que os homens.

Quanto à etnia, os indígenas apresentam desvantagem no rendimento de, em média, -4,67 pontos. No entanto, pelo fato da amostra ser pequena, não é possível generalizar.

O mesmo ocorre com os estudantes que são beneficiários de Programas da Assistência Social. Estes, em média, possuem -2,80 pontos no rendimento.

Em relação à presença, cada ponto percentual a mais aumenta o rendimento em, aproximadamente, 0,82 pontos, enquanto cada ano de idade se traduz em -0,35 pontos.

A interação da PAE com as demais variáveis mostrou que a Assistência Estudantil tem efeito positivo no rendimento dos estudantes oriundos da zona rural. Para este grupo, a PAE aumenta o rendimento em 2,45 pontos, em média.

O efeito positivo também é observado para quem trabalha. Neste caso, a PAE contribui para o aumento, em média, de 2,47 pontos no rendimento.

Em tempo, cabe dizer que a modalidade de curso não é estatisticamente significativa, conforme pode ser observado na tabela abaixo, a qual também demonstra que estudantes que ingressaram no ano de 2013 tem uma diminuição no rendimento de 1,83 pontos, em média. Já os que ingressaram em 2015, possui um acréscimo de 4,54 pontos, em média, no rendimento.

TABELA 4: MODALIDADE DE CURSO E PERÍODO DE INGRESSO

VARIÁVEIS	RENDIMENTO MÉDIO	ESTATÍSTICA t
Modalidade do Curso: Integrado	-5.3231	(-0.6425)
Ano de Ingresso: 2013	-1.8377**	(-2.4931)
Ano de Ingresso: 2014	1.2183	(1.4988)
Ano de Ingresso: 2015	4.5401***	(5.2878)
Primeiro Semestre	-3.3511	(-0.4176)
Segundo Semestre	-2.3649	(-0.2880)

Fonte: Dados da pesquisa, junho 2016.

CAPÍTULO 5

5 CONCLUSÃO

A elaboração desta pesquisa iniciou-se com a explanação de estudos que tratam das políticas públicas, especificamente da política educacional, da Assistência Estudantil e dos fatores que influenciam no desempenho escolar.

De forma geral, procurou-se relacionar as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da revolução dos modos de produção, com a expansão da oferta da educação profissional e tecnológica e da implementação da política de Assistência Estudantil como instrumento que contribui para a permanência e melhoria no desempenho educacional dos estudantes beneficiados.

O problema central deste estudo foi identificar se os programas de Assistência Estudantil impactam positivamente no desempenho dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes e para tanto buscou-se, com base na literatura, elencar as variáveis que influenciam no desempenho escolar.

Concluídas as análises, pode-se afirmar que não foram encontradas evidências de impacto positivo estatisticamente que demonstre que a política de Assistência Estudantil influencia no desempenho dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes.

Em relação às demais variáveis, cabe fazer algumas ponderações.

No que se refere à escolaridade da mãe, apesar da literatura apresentá-la como um fator importante no desempenho escolar, como demonstra os estudos de Luz (2006) e Barros *et al.* (2001), esta pesquisa mostrou que nem sempre tal

afirmativa pode ser aplicada. Na educação profissional e tecnológica, a escolaridade da mãe, na média, não é diferencial no rendimento.

Percebe-se no cotidiano institucional que as genitoras dos discentes, pelo fato de, em sua maioria, terem apenas a educação básica, embora incentivem seus filhos a estudarem, não conseguem auxiliá-los, por exemplo, no desenvolvimento de atividades extraclasse.

Outro ponto que poderia explicar tal resultado é a qualidade da formação escolar das mães e o fato de muitas serem trabalhadoras, o que diminui a disponibilidade de tempo para acompanhar a vida estudantil do filho. Mesmo as mães que possuem Ensino Superior, também vivenciam esta realidade.

Quanto à variável presença, que demonstrou que estudantes mais presentes nas aulas tem desempenho maior, é importante ressaltar que os estudantes beneficiados pela PAE e seus familiares relatam que a Assistência Estudantil garante a frequência no campus tanto nas aulas regulares como em atendimento com professores e monitorias. No entanto, embora conste na base de dados um percentual de presença relevante, não há como discorrer sobre o impacto da Assistência Estudantil sobre a frequência escolar, pelo fato de não ser este o foco deste estudo.

O resultado da variável BA, que diz se o estudante está inserido em programas da Assistência Social, pode ser explicado relacionando-o com renda. Ou seja, para estar inserido em programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação continuada, a família tem que ter baixa renda.

Assim sendo, considerando o resultado da pesquisa para a variável renda per capita, ou seja, quanto maior a renda, melhor o resultado, fica clara a correlação da variável BA com o rendimento.

A interação da PAE com a variável Origem e Trabalha, mostrou efeito positivo no rendimento dos estudantes oriundos da zona rural e dos que estão inseridos no mercado de trabalho, o que aponta a necessidade de investigar melhor estes resultados, no sentido de aperfeiçoar a política.

Em suma, acredita-se que a realização desta pesquisa, mesmo apresentando alguns pontos divergentes de outros estudos citados, trouxe contribuições tanto no campo teórico, à medida que insere na literatura a discussão sobre a correlação da Política de Assistência Estudantil e o desempenho de estudantes da Educação Profissional, quanto no prático, visto que oferece aos gestores do IFES indicadores que demonstram a necessidade de repensar os objetivos do documento que rege a Política de Assistência Estudantil do IFES, uma vez que, diferente do que expõe a portaria 1.602 de 30 de dezembro de 2011, existem evidências estatísticas de que a PAE não contribui para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes.

Uma sugestão para os gestores dos *Campi*, onde a pesquisa foi desenvolvida, é a criação de ações direcionadas, especificamente, para a melhoria do desempenho.

Considerando a realidade vivenciada cotidianamente com os discentes, a qual demonstra a existência de dispersão de conhecimento, sugere-se a elaboração de um projeto voltado para o nivelamento do ensino, principalmente para os estudantes oriundos de escolas públicas.

Em tempo, é válido dizer que o fato das bases de dados não apresentarem variáveis como rotina de estudo, afinidade com os professores, identificação com o curso escolhido, dentre outros pontos, que podem afetar o desempenho escolar, pode ser citado como limitação deste estudo.

Outro ponto que pode ser analisado como uma limitação é o fato da pesquisa não ter estudado o resultado da Assistência Estudantil no tempo, tendo em vista que pode existir um descasamento do tempo de recebimento do benefício e a concretização dos seus resultados. Assim, sugere-se uma ampliação do estudo para outros Campi, a verificação da possibilidade de incluir outras variáveis que explicam desempenho acadêmico na base de dados e a inclusão de uma dummy de Campus, tendo em vista que estudantes de um determinado campus pode ter desempenho mais consistente que de outro, devido às diferenças regionais na qualidade do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ALÉSSIO, Simone Cristina; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza; SCARPIN, Jorge Eduardo. Fatores determinantes na escolha por uma Instituição de Ensino Superior do Sul do Brasil. **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

BAIA, Deylane Correa Pantoja *et al.* A Universidade pública reproduzindo as desigualdades sociais: um panorama da UFPA. **Desigualdade e Diferença na Universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/333.pdf#page=18>>.

BARBOSA, Eduardo Fernandes *et al.* A formação de profissionais da educação - perspectivas e desafios na educação profissional. **Revista de Educação Tecnológica de Belo Horizonte**, v. 5, n. 2, p. 62-70, jul./dez. 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel Domingues dos; QUINTAES, Giovani. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-42, 2001.

BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES na UTFPR Campus Medianeira**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Marília - SP, 2015.

BIONDI, Roberta Loboda; FELÍCIO, Fabiana de. **Atributos escolares e o desempenho dos estudantes: uma análise em painel dos dados do SAEB**. Rio de Janeiro: UFF, 2008. (Texto para Discussão, n. 236).

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011. Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória 2011**. Disponível em: <http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/estude_aqui/legislacao/politica_de_assistencia_estudantil.pdf>. Acesso em: 04 de mai. 2014.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Prestação de Contas Ordinária Anual. **Relatório de Gestão do Exercício de 2009**. Vitória, 2010. Disponível em <http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/relatorio_gestao_final.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Vitória, 2015. Disponível em <http://prodi.ifes.edu.br/prodi/relatorio_gestao/Relatorio_de_Gestao_2014.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. **Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais**. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. **Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Conheça o Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BUCHMANN, Cláudia; HANNUM, Emily. Education and stratification in developing countries: a review of theories and research. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 77-102, 2001.

CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte; SANTOS JÚNIOR, Pedro Aureliano dos. Fatores que influenciam o desempenho escolar: a percepção dos estudantes do curso Técnico em Contabilidade do IFRS–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre. **Revista Liberato**, v. 14, n. 21, p. 29-50, 2013.

CHECCHI, Daniele. Education, inequality and income inequality. **LSE Sticerd Research Paper**, n. 52, 2001.

CHUEIRE, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, p. 49-64, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/viewFile/2469/2423>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: Uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS. 2010.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Persistence and dropout in the vocational education night school in Minas Gerais. **Caderno de Pesquisa**, v. 41, n. 144, set./dez. 2011.

DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie. Qu'est-ce qu'une école juste?. **Revue française de pédagogie**, v. 146, n. 1, p. 105-114, 2004. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfp_0556-7807_2004_num_146_1_3099>. Acesso em: 15 set. 2015.

FERNANDES, Nídia Gizélli de Oliveira. **A política de assistência estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá**. 225f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2012.

HADDAD, Mariana Rebello. **O restaurante central como mecanismo de assistência estudantil: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo**. Dissertação em Gestão Pública. Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Vitória – ES. 2013.

HAIR Jr., Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE. **Informações sobre os municípios brasileiros**. Disponível em: <
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=> >. Acesso em: 01 julho 2016.

LEVINE David M.; STEPHAN, David; KREHBIEL, T.C.; BERENSON, Mark L. **Estatística: Teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LOESCH, Cláudio; HOELTGEBAUM, Marianne. **Métodos estatísticos multivariados aplicados à economia de empresas**. Blumenau: Nova Letra, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola. **Série Idéias**, n. 8, p. 71-80, 1998.

LUZ, Luciana Soares. Os determinantes do desempenho escolar: a estratificação educacional e o efeito valor adicionado. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, ABEP, 2006.

MACHADO, Danielle Carusi; GONZAGA, Gustavo. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 4, p. 449-476, 2007.

MAINARDES, Emerson Wagner; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Satisfação de estudantes em administração de Joinville/SC. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 4, n. 2, p. 76-94, 2010.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing uma Orientação Aplicada**. Porto Alegre. Bookman, 4. ed., 2006.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**. IFB, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, p. 4-30, 2008.

NASCIMENTO, Paulo Augusto Meyer Mattos. Desempenho escolar e gastos municipais por aluno em educação: relação observada em municípios baianos. **Desempenho escolar e gastos municipais por aluno em educação: relação observada em municípios baianos**, 2003.

NERI, Marcelo Cortês. O paradoxo da evasão e as motivações dos sem escola. **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

OLIVEIRA, Derivania; CAGGY, Ricardo. Análise dos fatores influenciadores do desempenho acadêmico de estudantes de administração: um olhar do docente. **Revista Formadores**, v. 6, n. 1, p. 5, 2013.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas & questões**. São Paulo. Cortez, 2008.

_____. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. **Sociedade em Debate**, v. 12, n. 1, p. 67-86, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. **Coletâneas. Volumes**, v. 1, 2007.

SETÚBAL, Maria Alice. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, p. 345-366, 2010.

SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI desafios e dilemas. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a08v31n3.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à Econometria**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 32, p. 226-237, mai./ago. 2006.